

A Comunicação da Rede Sans como impulsionadora na divulgação de informações sobre segurança alimentar e nutricional¹

Adriana Maria Donini ²

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)

Resumo

Neste artigo abordamos o processo de Comunicação da Rede de Defesa e Promoção da Alimentação Saudável, Adequada e Solidária (Rede Sans), articulada a partir do projeto “Rede de Municípios Promotores da Segurança Alimentar e Nutricional”. Enfocamos ações desenvolvidas nos anos de 2011 e 2012 e que inicialmente tiveram a participação de 27 municípios do Estado de São Paulo. São destacadas a construção e manutenção do site www.redesans.com.br e outras ferramentas como os informativos e vídeos. No estudo, incluímos revisão bibliográfica na área de segurança alimentar e nutricional, relatórios e publicações elaboradas pela Rede Sans associados a relato de experiência sobre o projeto.

Palavras-chave

Comunicação; Rede Sans; segurança alimentar e nutricional

1. Introdução

O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), contemplado no 25º artigo da Declaração Internacional dos Direitos Humanos, refere-se tanto ao aspecto de as pessoas estarem livres da fome e desnutrição como ao acesso a uma alimentação saudável, ou seja, deve haver quantidade e qualidade. A alimentação como um direito fundamental também está prevista no artigo 6º da Constituição Federal do Brasil.

As ações em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) visam por meio de atuação governamental e da sociedade elaborar políticas e desenvolver trabalhos que assegurem o DHAA.

O projeto “Rede de Municípios Promotores da Segurança Alimentar e Nutricional” se originou de experiências anteriores em SAN praticadas em alguns municípios do Estado de São Paulo.

¹ Trabalho no GT Comunicação e Saúde, do PENSACOM BRASIL 2016.

² Graduada em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo. Mestra em Comunicação. E-mail: dridonini@gmail.com.

Após obter recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), esse projeto abrangeu inicialmente 27 municípios e, posteriormente, mais outras duas cidades passaram a integrar a denominada Rede de Defesa e Promoção da Alimentação, Saudável, Adequada e Solidária (Rede Sans). As ações foram centradas em três principais vertentes, que incluíram a criação e manutenção de um site; formação de equipes intersetoriais em municípios que foram escolhidos para compor o projeto; e pesquisa sobre o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) no Estado de São Paulo que englobou 65 municípios.

Nesse artigo, apresentamos alguns marcos das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional (SAN) no Brasil, a estrutura e principais características da Rede Sans e relatamos experiências praticadas na área de Comunicação, incluindo processos relacionados à utilização de ferramentas por integrantes do projeto e divulgação de informações da área para o público que atua em atividades relacionadas à SAN e à população em geral.

2. Segurança alimentar e nutricional

A SAN possui uma vasta trajetória marcada por diferentes concepções como produção de alimentos, combate à fome e à desnutrição, oferta e garantia de acesso a alimentos, aspectos sanitários.

Segundo Nascimento e Andrade (2010) o conceito de segurança alimentar relacionado à segurança nacional data da Primeira Guerra Mundial e teria voltado à tona durante a Segunda Guerra Mundial.

No Brasil, entre os marcos mais recentes dessa área está a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), em 1993. No ano seguinte a essa instituição, ocorreu a “I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional”.

Em 15 de setembro de 2006, por meio da Lei nº 11.346 – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan) foi criado o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). Nessa regulamentação consta princípios, diretrizes, objetivos e composição desse Sistema para formulação e implementação de políticas, planos,

programas e ações com vistas à assegurar o direito humano à alimentação adequada a serem desenvolvidos por meio de órgãos governamentais nas três esferas com participação da sociedade civil organizada.

Sobre o conceito de SAN, no artigo 3º dessa legislação é exposto que:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. (BRASIL, 2006)

Dessa maneira, essa definição atribui à SAN um caráter mais amplo e intersetorial do que, por exemplo, políticas assistenciais de combate à fome. Conforme exposto no 4º parágrafo do documento, ela abrange: ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, do abastecimento e da distribuição dos alimentos; conservação da biodiversidade e utilização sustentável dos recursos; a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social. (BRASIL, 2006)

Em 2010, o direito humano à alimentação foi incluído na Constituição Federal. E, em agosto daquele ano, por meio do Decreto 7.272 foi aprovado o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan), que é um instrumento de planejamento, gestão e execução das ações governamentais de SAN. A segunda edição do documento começou a vigorar em 2016 e se estenderá até 2019.

Sobre a SAN nos anos 2000, Silva (2014, p. 7) comenta que:

Na última década, sobretudo a partir de 2003, observam-se a ressignificação do tema segurança alimentar e sua ascensão a uma posição de maior destaque na agenda de governo, pelo menos com relação aos anos anteriores. São muitos os indicadores que certificam esse fato, que vão além da esfera discursiva. No entanto, essa nova fase das políticas de combate à fome não resulta apenas da vontade política de governantes, embora essa seja uma variável fundamental no modelo de definição de agenda.

Assim, nota-se que as mudanças de compreensão sobre o significado da SAN, o estabelecimento de diretrizes, a inserção do tema nas ações governamentais e a participação da sociedade civil têm contribuído para avanços na área, embora, em alguns setores, os trabalhos tenham que ser expandidos e integrados.

3. Rede Sans

O projeto “Rede de Municípios Promotores da Segurança Alimentar e Nutricional” foi submetido à Finep em 2009 e está enquadrado na modalidade “Encomenda transversal - projeto de pesquisa e desenvolvimento” do MCTI. Em setembro de 2010, houve a assinatura do convênio com esse órgão e os recursos foram liberados a partir de janeiro de 2011. O valor do financiamento foi de R\$2,5 milhões. A instituição responsável pela execução foi o Instituto de Biociências da Unesp, câmpus de Botucatu, em parceria com o Instituto Harpia Harpya.

Por meio desse projeto, foi articulada a Rede Sans. A proposta era de buscar integrar as políticas de saúde e segurança alimentar e nutricional e a missão foi definida como “articular e envolver pessoas e instituições de diferentes contextos numa ação integrada de defesa e promoção da alimentação saudável, adequada e solidária”.

As três principais metas eram: o desenvolvimento de um site alimentado e utilizado por uma rede social em 27 municípios do Estado de São Paulo, no qual a SAN fosse inserida de maneira integrada; formação de 27 equipes intersetoriais e que na escolha das cidades integrantes deveriam ser incluídos municípios pertencentes aos Territórios da Cidadania³; e elaboração de um diagnóstico propositivo quanto à atuação qualitativa e quantitativa do Sisvan no Estado de São Paulo.

Quanto à estrutura executiva da Rede, ela foi formada pela coordenadora geral, articuladores gerais, locais e regionais, equipes de educomunicação e interdisciplinar, assessores e bolsistas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) nas modalidades Iniciação Tecnológica e Industrial, Apoio Técnico em Extensão no País, Desenvolvimento Tecnológico e Industrial.

³ Consiste em programa do governo federal que contempla áreas de baixo índice de desenvolvimento humano (IDH). Mais informações em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community>

Em relação às áreas de atuação dos integrantes, Oliveira, Vieira e Galesi (2016, p. 41) expõem que:

Ressaltamos que as pessoas inicialmente inseridas eram majoritariamente da área da nutrição, sendo que a equipe de articulação regional foi composta, em cinco regiões, por nutricionistas; em apenas uma, a formação da articuladora era em direito. Salvo em algumas exceções, a indicação dos articuladores locais veio das secretarias de Saúde e foram basicamente nutricionistas, enfermeiros e assistentes sociais.

No entanto, a intenção era que a intersectorialidade fosse contemplada nas ações. Alguns municípios conseguiram atingir esse objetivo. Em outros, houve mais dificuldade e o êxito maior ocorreu por meio de parcerias com as secretarias de Educação e Agricultura, conforme relatam as autoras:

Nos locais em que as ações não transpuseram o setor da saúde, podemos dizer que houve alguma interação com a agricultura ou com a educação, mas muito tímida. O ganho das equipes de saúde foi a inserção do tema alimentação e nutrição no cotidiano do trabalho na assistência primária. Em alguns desses municípios que as ações ficaram restritas à saúde, as articuladoras locais eram enfermeiras, e para essas profissionais foi preciso, antes de começar as ações, aprender sobre SANS (ibid. , p. 61).

Sobre o planejamento de atividades, discussões e apresentação de resultados das ações que iam sendo colocadas em prática, havia reuniões mensais de articuladores regionais, visitas de articuladores gerais a algumas regiões e também foram realizados sete seminários de articuladores locais. Listas de e-mails foram utilizadas para comunicações periódicas.

Quanto à participação de pessoas que não eram articuladoras ou bolsistas, em cada município a Rede foi tecida de uma maneira. Assim no desenvolvimento dos trabalhos houve integração com movimentos sociais, universidades, produtores rurais, gestores das áreas de saúde, assistência social, educação, meio ambiente, instituições religiosas, escolas.

A Rede Sans definiu essa composição da seguinte maneira: “Somos donas de casa, prefeitos, professores, agentes de saúde, psicólogos, produtores rurais, enfermeiras,

educadores físicos, biólogos, estudantes, nutricionistas, engenheiros agrônomos, políticos, enfim muitas pessoas conectadas nesta Rede Social”. (REDE SANS, 2012)

Nas atividades da Rede Sans foi incluído o oferecimento do curso Interdisciplinaridade, Alimentação e Nutrição (Interanutri) certificado pela Unesp e disponibilizado por meio da plataforma Moodle. Essa capacitação foi ministrada nas seguintes modalidades:

Professor – teve como objetivo apoiar a formação de professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental por meio de atividades teóricas e práticas de promoção da alimentação e nutrição na escola;

Agente – visou instrumentalizar agentes comunitários na promoção das ações de promoção da alimentação saudável, adequada e solidária junto às comunidades;

Alimento Seguro (eixo padarias) – teve como meta desenvolver ou aprimorar habilidades para boas práticas de fabricação, segurança no trabalho e gestão de negócio de panificação tendo como referências os princípios da segurança alimentar e nutricional;

Interanutri Nutricionista – consistiu em oferecer subsídios teórico-metodológicos sobre Educação Alimentar e Nutricional, com vistas a aprimorar a atuação de nutricionistas na Atenção Primária à Saúde.

Também foram promovidos dois seminários estaduais. No primeiro deles, realizado, em 2012, no município de Águas de Lindóia, foram discutidas políticas de SAN no Estado de São Paulo. Desse encontro, resultaram a elaboração de quatro cartas produzidas em cada eixo temático do Seminário. O segundo, ocorreu, em São Paulo, em 2013, e consistiu em prestação de contas do projeto à sociedade e enfoque da pesquisa realizada. A Rede Sans também serviu de modelo para os projetos Programa Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional da União das Nações Sul-Americanas (Rede SSAN-Unasul), que abrange países da União de Nações Sul-americanas e a Rede Viva Melhor, programa que visa incentivar práticas que promovam a melhoria da qualidade de vida nos câmpus da Unesp.

4. A Comunicação na Rede Sans

A utilização de ferramentas comunicacionais foi contemplada na proposta de ações do projeto Rede Sans. Duas vertentes se inseriram nessa área. Uma delas estava relacionada à exploração dos espaços pelos integrantes da Rede e a outra seria a divulgação de ações em SAN. Portanto, não visavam apenas uma comunicação organizacional.

A seguir, relatamos o processo de comunicação nos principais canais da Rede Sans

4.1 Site

A criação de um site, conforme já mencionado, foi uma das propostas do projeto da Rede Sans. Segundo Oliveira, Vieira e Galesi (2013), um dos objetivos era “Desenvolver um sítio virtual, alimentado e utilizado por uma rede social em 27 municípios do Estado de São Paulo trabalhando a SAN de forma integrada (Rede-SANS)”.

A ideia inicial não foi de um canal planejado e atualizado por jornalistas e outros profissionais da área de Comunicação. Sobre esse aspecto, Oliveira, Vieira e Galesi (2016, p. 72) mencionam que:

A decisão de adotar ferramentas virtuais para o trabalho da Rede-Sans demandou a incorporação de novos personagens na equipe. O primeiro critério foi de buscar pessoas próximas, que sempre primaram pela qualidade do trabalho e, que embora não tivessem experiência, específica, poderiam aprender e, num segundo momento, garantir a continuidade desse trabalho na Rede.

A coordenação do projeto definiu os elementos que comporiam a página e uma profissional da área de biológicas, com experiência em editoração, e profissionais da área de informática ficaram responsáveis pelo planejamento e administração do site.

A primeira proposta apresentada não consistiu em um meio interativo, mas se assemelhava a um banco de dados. Quando o protótipo foi mostrado a outros membros da equipe e a uma jornalista - que passou a integrar a equipe para elaboração de boletins informativos, diagnosticou-se a necessidade de que houvesse alteração.

As diferentes concepções da finalidade do site influenciaram no processo. Oliveira, Vieira e Galesi (ibid., p. 72), têm a seguinte opinião sobre essa interação entre os atores envolvidos:

Logo no início do processo surgiram os impasses. Era muito difícil para a equipe de educomunicação da Rede entender que o objetivo principal do site era o de dar voz a todos, que nosso desejo não era construir um portal de informação, mas que esse deveria ser um espaço de interação.

Portanto, esperava-se que o meio virtual fosse útil para inclusão de informações de sua área de abordagem, não necessariamente atualizadas com grande periodicidade, e também possibilitasse empoderamento aos próprios integrantes para que eles fomentassem esse meio de Comunicação.

Uma das primeiras formas de estímulo à participação, foi a solicitação para que os participantes redigissem textos de apresentação dos municípios. No entanto, percebeu-se que era difícil manter um padrão e que também o ritmo de produção variava em relação às cidades.

Assim, a coordenação optou que a redação de notícias e textos gerais fosse realizada por jornalista e os articuladores locais e regionais seriam fontes das informações de ações realizadas, tendo em vista que não havia profissionais de Comunicação em todas as regiões.

Em relação às notícias, com o intuito de que as informações encaminhadas tivessem conteúdos essenciais à produção como, por exemplo, nome completo de pessoas envolvidas nas atividades a serem divulgadas, em uma das reuniões que contou com a participação de articuladores, foi apresentada estrutura básica de uma notícia e dados que deveriam ser encaminhados. Ainda elaborou-se material enviado por e-mail aos responsáveis pelo encaminhamento de conteúdos.

É importante mencionar ainda que foi criada uma seção intitulada “Dividindo experiências”, na qual cada município relataria trabalhos colocados em prática. A recomendação de textos para esse espaço era que a redação deveria ser de pessoas que atuavam nas redes locais, ou seja, não poderia ser enviada reportagem publicada por um veículo de comunicação, por exemplo; ter, em média, 2.000 caracteres; e os textos sempre estarem acompanhados por foto e/ou vídeo. Sobre o conteúdo, o material

deveria contemplar objetivos, resultados já alcançados e perspectivas das atividades que seriam divulgadas. Também foi orientado que as imagens precisariam ser encaminhadas com identificação de autoria (crédito), porque era comum o envio de fotos sem essa especificação. Já no caso de vídeos, solicitou-se que houvesse autorização para publicação do conteúdo no site da Rede.

O pequeno índice de produção de conteúdos e envio de relatos de ações por alguns municípios, pode ser compreendido se considerarmos que os participantes não possuíam familiaridade com esse trabalho e que a rotina de suas funções profissionais associadas às atividades programadas para que desenvolvessem no projeto, acabaram dificultando a prática relacionada ao aspecto comunicacional.

No entanto, durante o projeto conseguiu-se que o portal da Rede Sans cumprisse o papel de ser um repositório e de veicular notícias atualizadas. Entre os tópicos abrangidos pelo sítio estão:

Publicações: inclui vídeos e cartilhas elaborados pela Rede;

Legislação: espaço destinado a leis municipais, estaduais e federais na área de SAN;

Biblioteca: item em que foram incluídos materiais de referências para cursos de educação a distância promovidos pela Rede (Interanutri), artigos científicos de nutrição e alimentação, links de instituições, vídeos, e artigos de revisão, críticas e resenhas avaliados por pareceristas antes da publicação;

Pesquisas: contempla indicadores de segurança alimentar e nutricional e pesquisa desenvolvida pela Rede Sans;

Notícias: informações sobre a Rede Sans, notícias sobre segurança alimentar e nutricional em nível nacional e internacional e a Rede Sans na mídia;

Atividades: contém memória das atividades promovidas pela Rede Sans como cursos, reuniões, seminários, Momento Sans, visitas, participação em congresso.

Dados disponibilizados pelo Google Analytics mostraram que, no período de período de 29/10/2012 a 09/4/2013, houve 32.209 visualizações do site. Além da página principal, os tópicos mais acessados foram os cursos Interanutri, Guia Alimentar e a agenda de eventos. Atualmente, as notícias do portal continuam sendo atualizadas.

Realizam

PENSACOM BRASIL – São Paulo, SP – 12 e 13 de dezembro de 2016



Figura 1 - Página da Rede Sans em 3 de dezembro de 2016

4.2 Informativo

O informativo da Rede foi uma ferramenta presente desde o lançamento do projeto. As notícias eram encaminhadas semanalmente a e-mails cadastrados que atingiam os integrantes do projeto e outras pessoas interessadas em receber o periódico como, por exemplo, as que se cadastravam após participar de eventos promovidos pela Rede. Esse material passou por algumas reformulações conforme novos recursos iam sendo implementados. No início, o sistema permitia apenas encaminhamento de texto, depois foram acrescentados imagens e links do blog ou site.

Sobre esse recurso, Oliveira, Vieira e Galesi (2013, p. 14) comentam que

Um importante papel do informativo da Rede-SANS foi com relação à política estadual de SAN. Por meio do informativo e outras ações, a Rede-SANS vem apoiando a reestruturação do CONSEA-SP e teve importante papel da mobilização para as conferências municipais, regional e estadual em 2011. (p. 14)

4.3 Vídeo e foto

A elaboração de vídeos esteve presente desde a fase inicial do projeto. A apresentação da proposta, gravação do “Momento Sans”, espaço de discussão de temas relacionados à atuação da Rede; o quadro “Prosa e Viola”; receitas; dicas de alimentação e nutrição; cobertura dos seminários locais e estaduais; e relacionados a atividades relacionadas à atenção básica à saúde estiveram entre as produções que estão disponíveis em <http://www.redesans.com.br/producoes/videos/>.

No começo, o trabalho de captura de imagens, produção e edição foi desenvolvido por uma docente e alunos do curso de Nutrição. Posteriormente, assim como no caso do site, foi detectada a necessidade da inclusão de profissional da área audiovisual, de estagiários de cursos de Comunicação e ainda estabelecida parceria com a TV Unesp.

Em relação à fotografia, profissionais dessa área integraram o projeto atuando em registros das atividades e em capacitações, quando solicitados.

Vale destacar que foram oferecidas oficinas de elaboração de produtos comunicacionais aos integrantes da Rede e para a formação de estudantes de curso técnico de Nutrição. Entre essas experiências estiveram a Oficina de Educomunicação, realizada nos dias 22 e 23 de março de 2012. Nesse caso, além de vídeos, participantes também criaram programas radiofônicos e fanzines.

Um grupo de alunos do curso de Nutrição e Dietética da Escola Técnica Estadual de Itararé participou de oficina de fotografia e filmagem promovida pela Rede Sans e que incluiu conteúdos teóricos e práticos⁴.

4.4 Redes sociais

Na etapa inicial, foi criada uma conta da Rede Sans no Twitter para divulgar informações de âmbito mais abrangente.

O Facebook passou a ser utilizado apenas em 2012. Ambas as redes sociais não contaram com participação massiva dos integrantes da Rede, que poderiam fomentar os canais.

⁴ <http://www.redesans.com.br/conseasp/estudantes-de-itarare-participam-de-oficina-de-foto-e-video/>

Diversos membros não utilizavam a Internet com frequência, alguns tinham acesso apenas nos locais de trabalho. Sobre esse aspecto, Oliveira, Vieira e Galesi (2016, p. 78) comentam que:

O baixo uso da internet pelas pessoas envolvidas na Rede-SANS, algumas por opção, outras por falta de acesso ou de conhecimento da ferramenta, é um desafio a ser enfrentado para a sustentabilidade do projeto, visto que a partir de 2013, a estrutura da Rede-SANS como tal, deixou de existir e os encontros presenciais não terão os recursos para custeio de seus participantes.

A esse aspecto, pode-se somar ainda o fato de que o cenário naquela época era diferente do atual. Segundo o jornal o Estado de São Paulo⁵, o Facebook superou a marca de 1,7 bilhão de usuários em 2016. Em 2011, ano do início de execução do projeto, eram 35 milhões de usuários.

A Rede também dispõe de um canal no Youtube (<https://www.youtube.com/user/redesansbr/videos0>).

5. Considerações finais

A segurança alimentar e nutricional é um tema abrangente e informações sobre essa área interessam tanto a profissionais que atuam em setores relacionados a ela como a população em geral.

O projeto “Rede de Municípios Promotores da Segurança Alimentar e Nutricional” que articulou a Rede Sans anteviu o potencial da Comunicação, incluindo-a entre os seus objetivos.

Apesar de se ter pensado em uma exploração mais abrangente de ferramentas comunicacionais por integrantes do projeto, na prática foi difícil de que essa meta fosse concretizada. A falta de hábito de utilização de recursos comunicacionais, o não conhecimento de como explorar canais disponíveis aliados ao tempo escasso dos

⁵ Facebook supera 1,7 bilhão de usuários. Disponível em: <http://link.estadao.com.br/noticias/empresas,facebook-supera-1-7-bilhao-de-usuarios,10000065340>. Acesso em: 30 nov. 2016.

membros da Rede contribuíram para dificultar uma utilização maior dos espaços disponibilizados, principalmente na fase inicial.

Com o melhor conhecimento dos formatos e estímulo à produção de conteúdos, com destaque para oficinas de Educomunicação, foi possível notar, em alguns participantes, certo estímulo na utilização de espaços de Comunicação, principalmente no envio de conteúdos que poderiam gerar pautas.

Também passou a se perceber a necessidade de inclusão de profissionais da área de Comunicação como jornalistas, editores de vídeo, em um grupo composto em sua maioria por profissionais da Saúde.

Considerando a Rede Sans como canal de notícias sobre SAN em níveis municipais, estadual e nacional, constata-se que ela contribuiu para divulgação de atualidades dessa área.

O portal, por agregar, além das notícias, também artigos, legislações, notícias, vídeos e outras produções úteis constitui-se importante ferramenta de abordagem sobre SAN que continua disponível à sociedade e pode, inclusive, servir de complemento a ações de ensino, pesquisa e extensão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional = SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>>. Acesso em: nov. 2016.

OLIVEIRA, M. R.; VIEIRA, C. M; GALESI, L. F. (orgs.) **Relatório de atividades 2011-2012**. Disponível em: <<http://www.redesans.com.br/redesans/wp-content/uploads/2014/08/REDE-SANS-RELAT%C3%93RIO-2011-2012.pdf>>. Acesso em nov. 2016.

_____. **O tecido da Rede Sans**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

REDE DE DEFESA E PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL, ADEQUADA E SOLIDÁRIA (REDE SANS). **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.redesans.com.br/quem-somos/>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

NASCIMENTO, A. ; ANDRADE, S. Segurança alimentar e nutricional: pressupostos para uma nova cidadania? In: **Ciência e Cultura**. Vol .62, nº.4, São Paulo, 2010.

SILVA, S. **A trajetória histórica da Segurança Alimentar e Nutricional na agenda política nacional: Projetos, Descontinuidades e Consolidação**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): Brasília/Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/TD_1953.pdf. Acesso em 20 out. 2016.